

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA EAD

Paulo Sergio Claudino da Silva

**Expressões Urbanas da Luta pela Terra na Comunidade Vila São Pedro do
Município de Viçosa-AL**

Maceió, 2020

PAULO SERGIO CLAUDINO DA SILVA

**Expressões Urbanas da Luta pela Terra na Comunidade Vila São Pedro do
Município de Viçosa-AL**

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Maceió, 2020



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LICENCIATURA
EM GEOGRAFIA EAD**

Ao (s) 09 dia (s) do mês de maio de 2020, às 15:00 horas, em sessão pública através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) Webconferência, no endereço: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/cirlene-2>, com a participação da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a), Orientador(a) **Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos** e composta pelos examinadores:

Membro 01: **Prof. Ms. Ricardo Santos de Almeida**

Membro 02: **Prof. Ms. Everson de Oliveira Santos**

O(a) aluno(a) **Paulo Sergio Claudino da Silva** apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **Expressões Urbanas da Luta pela Terra na Comunidade Vila São Pedro do Município de Viçosa-AL** como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Licenciatura em Geografia EaD. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu em (x) aprovar () reprovar o referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes. E eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Presidente e Orientador (a)

Membro 1

Membro 02

Aluno

Maceió, 09 de maio de 2020.



Expressões Urbanas da Luta pela Terra na Comunidade Vila São Pedro do Município de Viçosa-AL

Aluno: Paulo Sergio Claudino da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Resumo: A luta pela terra é o movimento que tem por finalidade a redistribuição dos espaços não produtivos, a fim de conferir-lhes uma função social. Os estudos referentes às ocorrências de agricultura urbana na cidade de Viçosa-AL são escassos, entretanto, identificar a agricultura urbana em determinado local tem importância não somente em relação à produção em si, como também a fim de compreender como ela pode ser instrumento de desenvolvimento da economia local. Objetivou-se identificar as ocorrências de agricultura urbana na Comunidade Vila São Pedro, localizada na Rua Pedro Silva, Viçosa-AL, em 2018. Pesquisou-se acerca da existência de agricultura urbana com o intuito de detectar a origem da terra trabalhada; compreender a estrutura social de cada grupo; procurar evidências da agricultura urbana e familiar, de subsistência; entender as relações de trabalho na comercialização dos produtos e descobrir se há políticas locais de incentivo a esses agricultores através de questionários. Constatou-se que a escolaridade da maioria dos entrevistados possui níveis incompletos de escolaridade. A renda mensal é baixa e somente um deles recebe um salário mínimo (R\$954,00). 04/06 agricultores afirmaram receber assistência do programa Bolsa Família. Todos os entrevistados acreditam que o governo pode ajudá-los a conseguir alcançar seus objetivos, aumentando inclusive os recursos para o plantio. Conclui-se que é preciso implementar políticas verdadeiramente voltadas para a Reforma Agrária e legislações fundiárias que garantam e promovam o acesso à terra aos agricultores acampados, alcançando, assim, a todos os agricultores que se encontram na situação dos entrevistados.

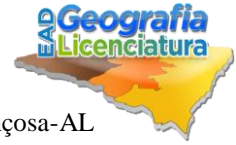
Palavras-chave: Reforma Agrária; agricultura urbana; agricultura familiar.

Abstract: The struggle for the land is the movement that aims to redistribute non-productive spaces in order to give them a social function. Studies on the occurrences of urban agriculture in the city of Viçosa-AL are scarce, however, identifying urban agriculture in a given place is important not only in relation to the production itself, but also in order to understand how it can be an instrument for the development of the local economy. The objective of this study was to identify the occurrences of urban agriculture in the Vila São Pedro Community, located on Rua Pedro Silva, Viçosa-AL, in 2018. Research was carried out on the existence of urban agriculture in order to detect the origin of the land worked; understand the social structure of each group; seek evidence of urban and family farming, subsistence; understand working relationships in the marketing of products and find out if there are local incentive policies for these farmers through questionnaires. It was found that the education of most interviewees has incomplete levels of education. The monthly income is low and only one of them receives a minimum wage (R\$954.00). 4/6 farmers said they received assistance from the Bolsa Família program. All respondents believe that the government can help them achieve their goals by even increasing resources for planting. It is concluded that it is necessary to implement policies truly focused on agrarian reform and land laws that guarantee and promote access to land to camped farmers, thus reaching all farmers who are in the situation of the interviewees.

Keywords: Agrarian Reform; urban agriculture; family farming.

1. Introdução

A estrutura agrária brasileira é caracterizada primordialmente pela existência de grande concentração de terras ou de propriedades nas mãos de poucos, enquanto há um elevado número de agricultores que disputam pequenas porções de terras, as quais, muitas



vezes, mal possibilitam que esses pequenos produtores e suas famílias extraíam dela o estritamente necessário ao seu sustento.

A luta pela terra é finalidade de um conjunto de movimentos sociais organizados no campo, cujo objetivo é a busca da redistribuição dos espaços não produtivos, a fim de conferir-lhes uma função social, conforme previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, em seu inciso XXIII, segundo o qual “a propriedade atenderá a sua função social”. Nesse contexto, Felício (2006) assevera que a luta pela terra está firmada em um processo contraditório que tanto expropria, como faz surgir possibilidade de retorno a terra.

A permanência da extensão dos latifúndios marcou a história agrária do Brasil. Esse processo teve início no período colonial, com a ocupação do território com base na grande propriedade, voltada para a monocultura canavieira. Alagoas da mesma forma se inseriu no contexto da produção canavieira, sendo um dos berços do processo de ocupação territorial do país (MOURA e SILVA, 2009). Com o fechamento das usinas canavieiras, surgiu em Alagoas um contingente de desempregados, os quais passaram a se acomodar às margens da cidade, trazendo consigo a necessidade de produzir para sobreviver.

Segundo Fernandes (1996), a luta pela terra e a reforma agrária são responsáveis pela (re) criação do campesinato, fazendo com que o território do latifúndio seja ocupado pelas famílias camponesas organizadas, num processo de espacialização e territorialização.

As ocorrências de expressões urbanas que demonstram a luta pela terra remetem à prática da denominada “Agricultura Urbana”, fenômeno que se expandiu com a crescente urbanização oriunda do movimento do capitalismo. De acordo com Mougeot (2000), a agricultura urbana é diferida da agricultura rural, principalmente, por sua integração e interação com o ecossistema urbano. Desse modo, a agricultura urbana pode ser entendida como uma atividade social de cultivo praticada nos espaços intra e/ou peri-urbanos (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

1.1 Localização Geográfica e caracterização de área

Em Viçosa - AL, município situado na Messorregião do Leste Alagoano e Microrregião Serrana dos Quilombos, a 86 km da capital, Maceió, constatam-se expressões da luta pela terra, cuja administração da propriedade é compartilhada pela família; a produção agrícola é a principal fonte de renda e o agricultor mantém uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A cidade de Viçosa é um ambiente propício ao

desenvolvimento da agricultura urbana, tendo em vista a existência de concentração de terras na localidade e do clima, solo e comércio (feira livre) favoráveis.

Figura 1. Localização Geográfica do Município de Viçosa no Estado de Alagoas.



Fonte: Google, 2020.

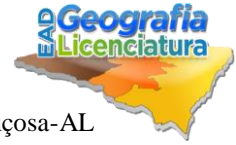
O município de Viçosa-AL abrange uma área de 354,762 km² e, conforme o Censo do IBGE/2014, conta com 26.249 habitantes. Os estudos referentes às ocorrências de agricultura urbana na cidade de Viçosa-AL são escassos, entretanto, identificar a agricultura urbana em determinado local tem importância não somente em relação à produção em si, como também a fim de compreender como ela pode ser instrumento de desenvolvimento da economia local.

A Comunidade Vila São Pedro, objeto desse estudo, está localizada na Rua Pedro Silva, à margem sul do município de Viçosa, a aproximadamente 2 km do centro da cidade. Atualmente, é composta por 12 (doze) famílias acampadas que cultivam produtos agrícolas variados.

Diante dos dois aspectos acima identificados, a Comunidade pode ser caracterizada como integrante da agricultura periurbana, fortemente ligada à agricultura familiar, já que a administração e a mão de obra voltadas ao cultivo da terra e à produção são formadas por grupos familiares.

Acerca da delimitação legal da definição de agricultor familiar, Altafin (2007) explica que a mesma é suficientemente abrangente a ponto de abarcar a diversidade de situações existentes no país, combinando, como critérios, a dimensão da propriedade, predominância familiar da mão de obra e da renda, bem como a gestão familiar da unidade produtiva.

Antes de chegarem à Comunidade Vila São Pedro, as famílias que a compõem foram retiradas juntas a outras famílias, de uma fazenda chamada Fazenda São Luís, Zona Rural de



Viçosa, onde moravam irregularmente há anos, com a promessa de serem alocadas regularmente no Loteamento Quinta da Serra (Viçosa – AL), entretanto, estas doze famílias não conseguiram ser regularizadas devido à divisão desproporcional de terras e se acamparam, por sua vez, na comunidade em questão.

Objetivou-se identificar as ocorrências de agricultura urbana na Comunidade Vila São Pedro, da cidade de Viçosa-AL em 2018, a fim de compreender as influências da urbanização e do capitalismo no surgimento de processos e conflitos na luta pela terra.

Para tanto, pesquisou-se e documentou-se acerca da existência de agricultura urbana em Viçosa-AL, com o intuito de detectar a origem da terra trabalhada; compreender a estrutura social do grupo particular; procurar evidências que possam caracterizar a produção agrícola desenvolvida como agricultura urbana e familiar; entender as relações de trabalho e de comercialização dos produtos e descobrir se há políticas locais de incentivo a esses agricultores.

Este estudo viabilizará uma reflexão sobre o processo de luta pela terra e como ele pode transformar a realidade das famílias, que fazem da agricultura sua principal fonte de renda e alimento, além de mostrar como os agricultores se organizam e se adaptam à vida no meio urbano. Existe ainda a possibilidade de obter informações que poderão servir de arcabouço para a implementação de políticas distributivas, com vistas ao desenvolvimento econômico local.

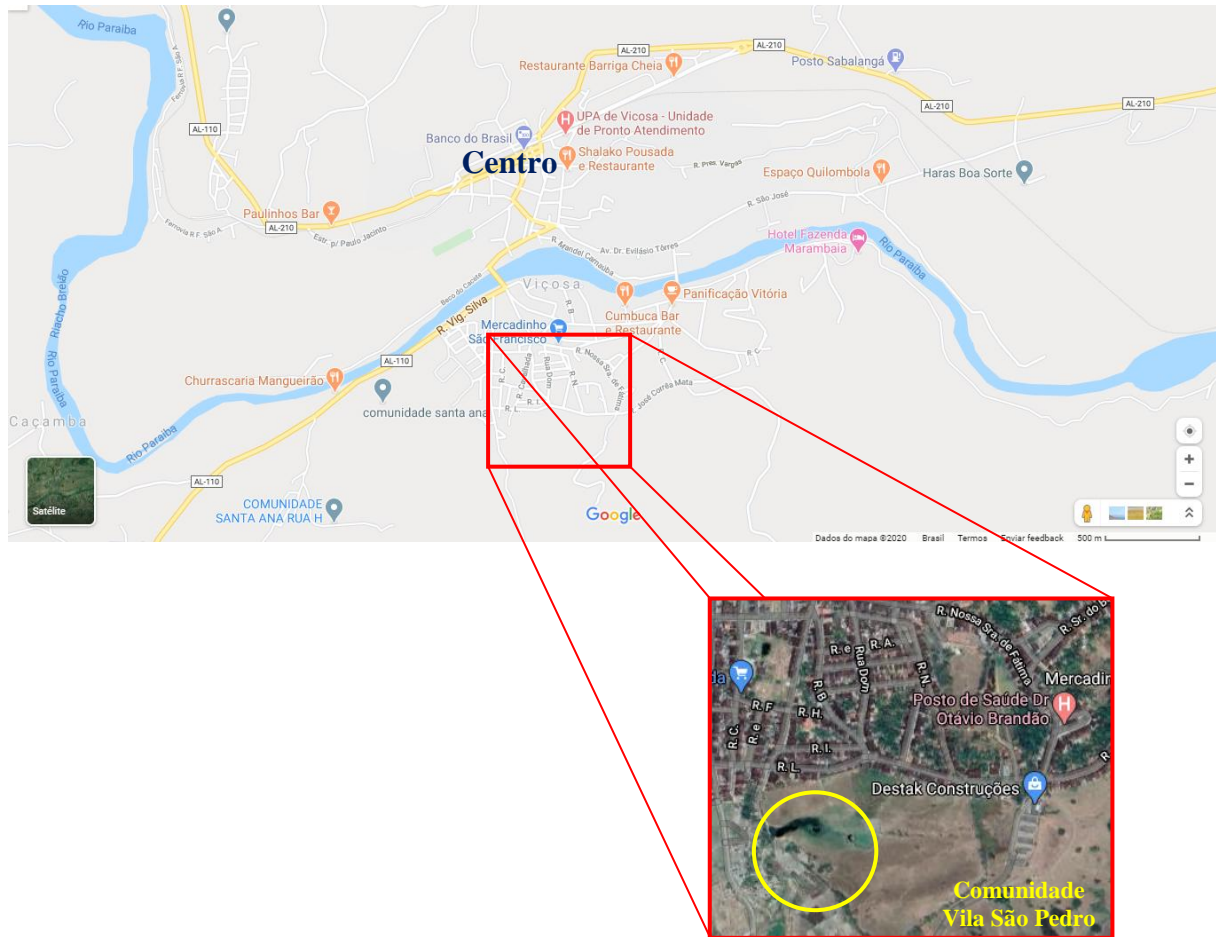
1.2 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho constitui-se de um estudo de campo e se consubstancia em uma pesquisa descritiva, à qual visa documentar e colher informações do grupo estudado, por meio de técnicas de observação, descrição, caracterização e entrevistas, produzindo documentos e fotografias.

A metodologia utilizada tem como base o método indutivo, cujos dados obtidos particularmente serão avaliados qualitativamente, com o intuito de identificar estruturas comuns e também diferenças nos diversos focos de agricultura urbana analisados.

Esta pesquisa foi realizada no primeiro semestre do ano de 2018, com 06 famílias agricultoras residentes na Comunidade Vila São Pedro, as outras 06 famílias existentes negaram-se a responder ao questionário. A comunidade está localizada na Rua Pedro Silva, a aproximadamente 2 km do centro da cidade de Viçosa-AL, como se observa na figura 1.

Figura 2. Localização da Comunidade Vila São Pedro em relação ao centro de Viçosa-AL.



Fonte: Google Maps, 2020.

A comunidade é formada por 12 (doze) famílias agricultoras que estão acampadas em busca da conquista da terra. Foi aplicado um questionário para traçar o perfil dos agricultores. Por fim, foram realizados registros fotográficos que demonstram, visualmente, como se expressa a agricultura urbana no município de Viçosa-AL.

2. Alguns aspectos que envolvem a luta pela terra: uma revisão de literatura

A atual Constituição consagra a propriedade como um direito cuja função é eminentemente social (art. 5º, XXIII e art. 170, III), bem como determina, no parágrafo 1º do seu art. 182 que as cidades devem ser ordenadas conforme o plano diretor, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).



A função social da Terra é uma definição que vai além do campo jurídico, envolvendo também um conceito econômico, com imensas repercussões sociais, haja vista ser a terra um elemento de produção indispensável para o desenvolvimento da economia agrícola e, em consequência, ao desenvolvimento nacional (MATIAS e MARQUES JÚNIOR, 2006).

A estrutura agrária brasileira é caracterizada primordialmente pela existência de grande concentração de terras ou propriedades nas mãos de poucos. Tendo em vista essas concentrações de terras, houve a necessidade da aprovação do projeto da Reforma Agrária. De acordo com as inferências de Oliveira (2007, p. 68):

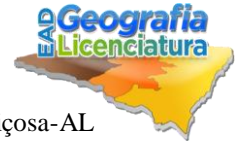
A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade ou posse da terra e dar renda com vista a assegurar melhoras nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Apesar da ação governamental de reforma agrária, nos processos de transformação do espaço geográfico se desenvolvem questões que são partes das desigualdades e contradições do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1991).

Segundo Moura et. al (2013), isso se torna ainda mais expresso a partir do advento da chamada “revolução verde”, quando o governo intensificou o discurso sobre a importância da produção de alimentos como solução do problema da fome no país. Assim, foram criadas e implementadas até a atualidade, as políticas voltadas para a produção agrícola, com o enfoque na eficiência produtiva. Com isso, ficou estabelecido um aparato tecnológico e industrial para a fabricação de máquinas e implementos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, genética animal, ração, veículos, e outros.

Contudo, esta evolução tecnológica não atendeu a maior parte das famílias rurais, muito em função do alto custo de acesso a essas tecnologias. Assim, várias famílias se viram excluídas desse novo cenário de produção rural, e acabaram migrando para os centros urbanos a fim de compor a grande massa de operários da indústria (MOURA et. al, 2013).

No Brasil, principalmente a partir de 1980, houve uma crescente urbanização, seguindo a tendência mundial. Este fenômeno provocou uma forte redução da população rural, em todas as regiões. Mesmo nas décadas posteriores à de 1980, a desruralização continuou sendo uma realidade, o que conduziu o país a taxas crescentes de população urbana, mesmo que distintamente nas diversas regiões do país (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).



Segundo o Censo do IBGE de 2010, Alagoas concentra 3.120.494 (três milhões, cento e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro habitantes), entre os quais, 2.297.860 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta) são urbanos e 822.634 (oitocentos e vinte e dois mil seiscentos e trinta e quatro) são rurais.

Quanto à estrutura demográfica alagoana, Carvalho (2014, p. 17) aponta que:

O processo de urbanização em Alagoas não foi realizado pela atração das oportunidades das novas empresas e, por isso, esse aumento espetacular da população nas cidades fez crescer dois setores urbanos distintos. O primeiro é o da economia informal, principalmente na área de serviços e comércio, concentrada nos bairros periféricos da capital e nas cidades do interior. A economia informal emprega ou dá ocupação a dois de cada três trabalhadores urbanos em Alagoas. O segundo é a parcela marginalizada, a população que sobrevive de atividades irregulares, como a que está concentrada nos quase 300 aglomerados subnormais da capital (CARVALHO, 2014, p. 17).

Sendo assim, Carvalho (2014) também aponta que a inviabilidade do surgimento de uma classe operária expressiva e de uma classe média numericamente alta no Estado tiveram como razões a ausência de um forte processo industrial, a inexistência de um setor comercial de serviços variados e ainda a fragilidade da máquina pública.

O crescimento urbano causa um impacto, provocando uma importante transformação nos vetores de expansão física das cidades, de forma que atividades que no passado eram consideradas como essencialmente agrícolas, passem a ter expressão econômica nos espaços urbanos (PEREIRA, 2000).

O desemprego assola principalmente, os municípios do interior, assim como é possível observar também a dependência dos postos de empregos ofertados nas prefeituras de pequeno porte. Com isso, as pessoas tendem a desenvolver atividades informais, seja para complementar ou até mesmo conseguir sua única renda. Nessa seara, a agricultura urbana surge como uma alternativa de obtenção de renda pelas famílias não absorvidas no mercado de trabalho.

Mougeot (1999) define a Agricultura Urbana como sendo aquela praticada no interior ou na periferia de determinado local, cidade ou até mesmo metrópole, denominando a primeira de intraurbana e a segunda de periurbana, atividade através da qual se produz, cria, processa e distribui variados produtos, podendo ser alimentares ou não. Ainda segundo o autor, a prática da Agricultura Urbana envolve, além dos recursos humanos, a utilização de materiais, produtos e serviços obtidos no interior ou em volta da área urbana.



Quanto aos tipos de agricultores urbanos, a United Nations Development Programme – UNDP (1996) registrou que a maioria, em muitos países em desenvolvimento, se origina de grupos de baixa renda, bem como que por variadas vezes essas pessoas acabam cultivando terras das quais não têm a posse.

Ainda segundo o estudo, em alguns países onde os agricultores de renda média são a maioria, eles exercem principalmente cultivo de quintal. Ocorre que, além da diferença entre o tamanho da produção agrícola entre os agricultores de baixa e elevada rendas, também há diferença no tocante aos produtos gerados e sistemas de produção, sendo o monocultivo prática comum entre aqueles mais abastados, enquanto os agricultores de baixa renda tendem a escolher sistemas de produção diversificados, uma vez que estes carecem de menos capitais e reduz a possibilidade de riscos.

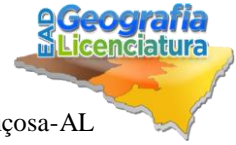
Segundo Silva (1982), parte considerável da produção de alimentos básicos e das matérias-primas de transformação industrial é de responsabilidade da pequena produção, que pode ser conceituada e identificada como pequenas áreas de baixas rendas, cujos familiares do produtor direto formam a unidade básica de produção e consumo.

Principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos atualmente em todo o País. O pequeno agricultor ocupa hoje, papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção, de acordo com informações do Embrapa (2017).

Como demonstrado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará - PTDRS (2006), a depender do lugar de produção, a comercialização originada da agricultura familiar é diferente.

Conforme anteriormente referido, por ser a agricultura familiar baseada especialmente em produção e oferta de produtos diversos, o que se chama de policultura, ela está menos suscetível a receber influências, mormente as externas, que interfiram na formação de seus preços, o que contribui para a sua estabilização e conseqüentemente, para o controle da inflação.

Na Agricultura Familiar evidencia-se a adoção de práticas mais sustentáveis, tendo em vista ser pequena a escala da produção e que se evitam os riscos existentes nas monoculturas de grandes propriedades, fato de extrema importância para a questão ambiental. Acrescenta-se a isso a existência de estímulos ao cultivo de alimentos orgânicos ou que sejam obtidos



através da agroecologia, os quais atribuem aos produtos oriundos da Agricultura Familiar um diferencial competitivo no mercado, haja vista a procura por qualidade e responsabilidade socioambiental.

Neste ponto, vale ressaltar que a prática da agricultura urbana, em sua forma convencional, pode trazer impactos socioambientais negativos, como por exemplo: erosão e prejuízo à fertilidade e biota do sistema solo/planta decorrente da utilização exagerada de insumos industrializados; poluição proveniente de defensivos agrícolas; plantios em épocas inadequadas; poluição do lençol freático e do solo geradas pelo uso de altas doses de agrotóxicos e fertilizantes solúveis na água de irrigação, bem como, em decorrência disso, a elevação do aumento do custo de produção (HANS–RUDOLF; SEYDON, 2006).

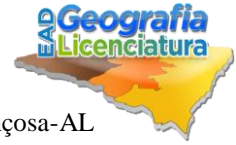
Daí a importância da qualidade e responsabilidade ambiental pregadas pela chamada agricultura orgânica, que é definida pela Associação de Agricultura Orgânica como um processo produtivo que se compromete com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos, para garantir a saúde dos seres humanos, utilizando tecnologias apropriadas à realidade do local de produção (AAO, 2020).

O processo de produção orgânica não utiliza agrotóxicos e promove a restauração e manutenção da biodiversidade. Ademais, a agricultura orgânica utiliza fertilizantes naturais, como adubação por meio de leguminosas fixadoras de nitrogênio, adubo orgânico proveniente de compostagem, minhocultura, manejo de vegetação nativa e rotatividade de culturas, uso racional de água e outras técnicas que sejam adaptáveis à realidade local (AAO, 2020).

No que diz respeito ao estabelecimento familiar, Denardi (2001) o entende como uma unidade de produção e consumo, bem como uma unidade de produção e reprodução social, considerando as duas características principais do negócio, que explica ser a gestão familiar e o trabalho preponderantemente familiar.

O agricultor familiar, além de utilizar o alimento produzido como meio de própria subsistência, coloca a venda o que sobra da sua produção, porém, por não ter um local próprio para armazenamento suficiente para conservar os produtos, necessita vendê-los com certa urgência, a fim de que a produção não se perca. Tais produtos, quando comercializados, são de extrema importância para o abastecimento do mercado local, disponibilizados, geralmente em feiras livres, em grande variedade para os consumidores urbanos (PTDRS, 2006).

Todavia, existem limitações que prejudicam que haja uma melhoria nos resultados da produção, tais como: a quantidade insuficiente de terras; dificuldades creditícias; o reduzido



subsídio tecnológico; a frágil assistência técnica e a subutilização de mão de obra (GUILHOTO et al., 2006).

Sobre a supracitada constatação, Schmitz e Mota (2007) explicam que, mesmo com a importância econômica, os valores de renda e de investimentos na agricultura familiar são insuficientes para a produção de alimentos e produtos básicos para o setor de transformação, entre outros.

Voltando-se para o desenvolvimento de determinado local, a agricultura familiar, com suas especificidades produtivas e como prática geradora de renda e ocupação, possui relevância econômica e social, além de representar uma forma alternativa de desenvolvimento menos excludente e mais equilibrado (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2002).

Neste mesmo sentido, Cazella e Mattei (2002) apostam na diversificação das atividades, a fim de que se gere capital social com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento dos territórios, evidenciando que a existência de agricultores familiares variados, considerando que eles transformam e vendem de forma direta ou a totalidade da produção, bem como cooperam na ampliação de atividades de lazer e de vida social, contribui para a criação de um capital social que possibilite a realização de transformações do espaço local banal em território de desenvolvimento.

3. Manifestação e materialização do espaço rural no urbano

A agricultura urbana agrega práticas que expressam elementos típicos da vida rural. Ela é exercida por homens e/ou mulheres urbanos, sendo que parte deles são originários do campo, onde podem ou não ter desenvolvido trabalhos agrícolas.

Coutinho e Costa (2011) defendem que apesar de na expressão agricultura urbana o adjetivo “urbana” identificar a prática agrícola na cidade, não quer dizer que apenas a localização é fator de diferenciação da produção na cidade da produção do campo, por não se tratar de uma mera repetição em outra circunstância. Na verdade, o conceito abrange os novos saberes que são produzidos e novos significados são dados às práticas de cultivo no solo.

O ambiente urbano não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação nas definições de campo-cidade devem ser realizadas para que as novas relações socioespaciais entre esses espaços possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela provenientes (COUTINHO e COSTA, 2011).

3.1 Características da Comunidade Vila São Pedro

3.1.1 Perfil socioeconômico dos agricultores

Os agricultores pesquisados responderam ao questionário elaborado (Apêndice) e, para facilitar a interpretação dos resultados eles foram enumerados, de 01 a 06, na ordem da realização das entrevistas, dentre os quais são quatro homens e duas mulheres, com idades variadas entre 23 e 58 anos.

Após a entrevista foi constatado que a escolaridade dos entrevistados varia, mas a maioria possui níveis incompletos de escolaridade, inclusive um deles não é alfabetizado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados coletados pelo autor (2018).

A renda mensal de 4/6 (66,6%) das famílias entrevistadas é composta pela agricultura e complementada pelo programa assistencial do governo federal, Bolsa Família. Por outro lado, 2/6 famílias (2 e 6) afirmaram não receber auxílio governamental, porém, um desses dois (entrevistado 2) tinha sua renda complementada por atividade extra remunerada em uma empresa agropecuária da região e o outro tinha sua renda (R\$ 200,00) constituída apenas pela atividade agrícola exercida na comunidade.

Na Tabela 1 é possível observar a renda dos agricultores entrevistados, bem como a quantidade de pessoas que compõem as famílias e suas respectivas médias.

**Tabela 1-** Renda mensal, número de pessoas que compõem a família dos agricultores e suas médias.

Agricultor	01	02	03	04	05	06	Média
Renda mensal	500,00	954,00	500,00	200,00	300,00	200,00	442,00
Nº de pessoas que compõem a família	1	3	3	2	4	2	2,5

Fonte: Dados coletados pelo autor (2018).

Programas como o “Bolsa Família”, podem ser vistos sob a perspectiva de um meio de promoção do direito ao exercício da liberdade econômica das famílias beneficiadas, embora notavelmente seja insuficiente. Por outro lado, permitem que as crianças permaneçam na escola, enquanto os agricultores da família participam de forma mais rentável das atividades agrícolas e comerciais em que se encontram envolvidos (ALONSO e SANT’ANA, 2010).

Em um trecho do documento *Pobreza, desigualdade e políticas públicas*, publicado pelo IPEA (2010, p.13) é comentado que:

Interessa [...] chamar a atenção para as deficiências relacionadas à coordenação, integração e articulação [...] do conjunto das políticas públicas [...], tendo em vista as complexas e sólidas estruturas de intervenção social do Estado atualmente existentes. [...] Não obstante os avanços alcançados na integração e articulação das políticas públicas em torno de programas como o Bolsa Família e Territórios da Cidadania, entre outros, persistem sinais importantes de fragmentação, dispersão, isolacionismo e sobreposição nas políticas públicas que precisam ser enfrentados urgentemente com o objetivo de melhor tratar da totalização dos problemas da pobreza e da desigualdade neste começo de século XXI. De maneira geral, os temas de atuação pública são por demais complexos, exigindo cada vez mais atuação estratégica [...] (IPEA, 2010, p. 13).

Neste sentido, Alonso e Sant’Ana (2010), argumentam ser necessário uma nova geração de políticas, com o objetivo de reduzir os problemas sociais por meio da coordenação das ações emergenciais, de suplementos de renda, e estruturantes, que visem a sustentabilidade do emprego e a geração de renda.

3.1.2. Características da terra e produção

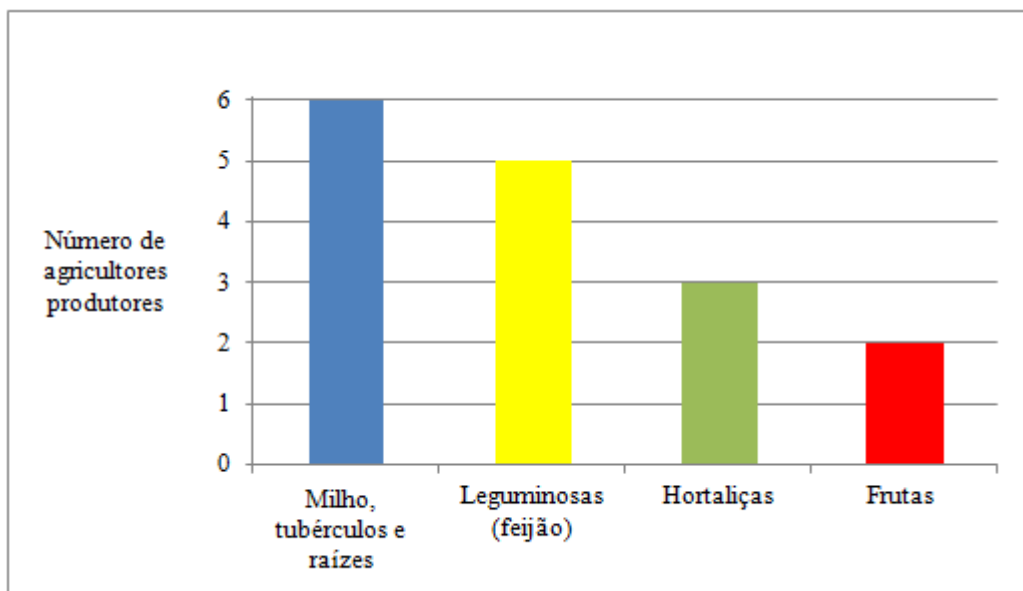
Todas as terras dos agricultores foram ocupadas através do Movimento Sem Terra (MST) em meados de 2006. Quatro dos entrevistados produzem nas terras há 08 anos, exceto

dois que produzem há 10 anos. Além disso, a terra é destinada a moradia para 05/06 dos entrevistados.

O modo de produção é de agricultura urbana, fortemente ligada à Agricultura Familiar, de forma que, de modo geral, o trabalho do cultivo é dividido entre o cônjuge, pai e filhos. Todos os entrevistados consomem o que plantam e também comercializam. Vale ressaltar que a produção excedente dessas pessoas é transportada para feira livre em carrinhos de mão e carroças de burro. A Prefeitura Municipal de Viçosa uma vez ao ano fornece sementes aos produtores agrícolas do município, sendo os acampados em questão, beneficiados também.

Em relação à produção, esta é diversificada (Gráfico 2), sendo que todos os entrevistados produzem a classe dos tubérculos e cereais (macaxeira, batata, inhame e milho). Apenas um deles não produz o feijão verde, e somente três produzem hortaliças. Os produtos encontrados desta classe alimentar foram: couve, rúcula, cebola, cebolinha, salsa, coentro, e alface. Apenas dois dos produtores possuem frutas, tais como: mamão e banana.

Gráfico 2 - Produção dos agricultores entrevistados



Fonte: Dados coletados pelo autor (2018).

De acordo com Buainaim e Romeiro (2000), a agricultura familiar cria sistemas complexos de produção, que associam diferentes culturas e frequentemente apresentam as características de diversificação dos tipos de produção e uma grande capacidade de adaptação nas situações de crise.

Foram realizados registros fotográficos dos gêneros diversos cultivados pelos agricultores entrevistados (Figuras 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), bem como dos produtos sendo comercializados pelos agricultores (Figuras 11 e 12).

Figura 3 – Plantação de coentro e inhame do Agricultor 01 (J. W. M. S.)



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 4 – Plantação de hortaliças do Agricultor 01 (J. W. M. S.)



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 5 - Plantação de batatas e preparação dos canteiros do agricultor 02 (L.E.S.).



Fonte: Arquivos do autor (2018).

Figura 6 - Plantação de salsa e alface da agricultora 03 (J.M.S.).



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 7 – Plantação de inhame e banana do agricultor 04 (J.R.F.).



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 8 - Plantação de coentro, milho e quiabo da agricultora 05 (Z.M.).



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 9 – Mamoeiro do agricultor 06 (M.N.M.).



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 10 – Tomateiro do agricultor 06 (M.N.M.).



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 11 - Acampada comercializando seus produtos em Praça Pública.



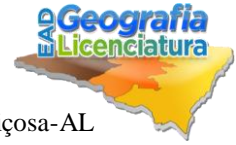
Fonte: Arquivos do autor (2018)

Figura 12 - Produtos oriundos de acampados sendo comercializados na feira livre de Viçosa – AL.



Fonte: Arquivos do autor (2018)

Diversificar as atividades é uma estratégia bastante adotada pelos agricultores brasileiros, uma vez que a diversificação tem o objetivo não somente de aumentar o leque de produtos comercializáveis, como também de garantir o auto-consumo (WANDERLEY, 2016).



A diversificação da produção garante a biodiversidade e mantém o agricultor no mercado de trabalho, criando oportunidades de negócio e estimulando o desenvolvimento local (WANDERLEY, 2016).

Na questão ambiental, que ganha cada vez mais destaque, a Agricultura Familiar também se sobressai por adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis, em função, principalmente de sua característica de produção em pequena escala e por evitar os riscos proporcionados pelas monoculturas de grandes propriedades. Agrega-se a isso os estímulos à produção de alimentos orgânicos ou obtidos por meio da agroecologia, que conferem aos produtos da Agricultura Familiar diferencial competitivo na busca por qualidade e responsabilidade socioambiental.

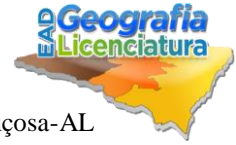
Enquanto o capitalismo traz inovações tecnológicas, tais como fertilizantes, insumos, tratores para arar a terra, com o objetivo de acelerar e intensificar a produção, melhorá-la, faz-se necessário também o pequeno produtor adotar e incorporar essas inovações tecnológicas à sua produção, pois isso traz a possibilidade de todas as porções de terras serem cultiváveis. Mas, nesse processo o que vai falar mais alto é a condição financeira desse produtor, que na maioria das vezes é paupérrima e que lhe impede que haja uma conservação ou retificação do solo (ARAÚJO, 1988).

O modo de comercialização dos produtos varia entre vender o produto de casa em casa, na feira livre da cidade e também no comércio realizado no local da plantação, onde o consumidor se desloca até o referido local para adquirir os produtos.

Na unidade de produção familiar o consumo alimentar é o prioritário, valendo ressaltar que a figura do chefe de família, neste tipo de organização social, é fundamental e decisiva na organização do processo produtivo (ARAÚJO, 1988).

Ao serem questionados se recebem ajuda do governo, a resposta foi igual entre todos os agricultores, qual seja, a de que o governo disponibiliza sementes como feijão e milho, mas estas chegam atrasadas em relação ao tempo de plantio.

Quando questionados em relação as suas perspectivas futuras, os agricultores sugeriram como alternativas de aumentarem a renda familiar os seguintes itens: incentivos governamentais e disponibilidade de crédito; aumento da produtividade; comercialização dos excedentes; aumento do espaço físico de plantio; aquisição de assistência técnica; recebimento de insumos agrícolas de qualidade e, regularização do acampamento para que se torne um assentamento.



O agronegócio familiar apresenta algumas limitações que impedem que esses resultados da produção sejam ainda melhores. Dentre eles estão: a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra (GUILHOTO et al., 2006). Sobre essa contradição, Schmitz e Mota (2007) argumentam que, apesar da importância econômica, entre outros, para a produção de alimentos e produtos básicos para o setor de transformação, os valores da renda e dos investimentos na agricultura familiar são baixos.

A agricultura familiar e urbana se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. Quando se considera o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, tão expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e estimula o desenvolvimento de políticas públicas (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2002).

Todos os entrevistados acreditam que o governo pode ajudá-los a conseguir alcançar seus objetivos. Um fator muito citado foi a regularização das terras. Também foi atribuída ao governo a responsabilidade de aumentar os recursos para o plantio (que atualmente constam apenas de sementes) e a oferta de conhecimento técnico para melhorar a qualidade da terra e da produção.

4. Considerações Finais

A concentração das terras nas mãos de poucos, tornou muitas delas improdutivas e isso é alvo da reivindicação de agricultores que buscam conseguir terras para desenvolver uma agricultura urbana intimamente relacionada com a agricultura familiar.

A importância da agricultura urbana não está relacionada tão somente à produção em si, como também porque ela pode ser instrumento de desenvolvimento da economia local. Além de diminuir as distâncias, evita desperdício (consumo consciente), gera menos poluição (menos transporte) e lixo (embalagens especiais), contribuindo para a qualidade de vida da população.

Na cidade de Viçosa/AL, ainda evidencia-se a existência de oligarquias e latifundiários que detêm grande parte de terras improdutivas no espaço rural. Neste ponto, a Lei de Reforma Agrária não conseguiu resolver a situação. Por outro lado, as famílias residentes na Comunidade Vila São Pedro foram retiradas da Fazenda São Luís, onde moravam irregularmente há anos, com a promessa de serem alocadas regularmente no



Loteamento Quinta da Serra (Viçosa/AL), o que não ocorreu, vindo as mesmas a se acamparem na referida Comunidade.

Em relação à prática da agricultura urbana e familiar na Comunidade Vila São Pedro, da cidade de Viçosa-AL, verificou-se que o destino dos produtos é predominantemente o autoconsumo, seguido da comercialização do excedente. Neste sentido, a agricultura urbana pode ser considerada um modo de produção fora do mercado ou uma economia de subsistência.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas seis famílias entrevistadas está a falta de recursos para investir na atividade, de espaço físico e de conhecimento técnico. Aqui existe uma ampla possibilidade de intervenção em termos de políticas públicas. Quanto à contribuição da agricultura urbana para a geração de renda, ela não cumpre necessariamente um papel de provedora de renda adicional.

O aumento da produção é um fator desejado pelas famílias pesquisadas, no entanto, ainda estão ausentes as políticas públicas e assistência que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres com o objetivo de estimular o aumento da produção, visando à comercialização dos excedentes e permitindo a geração de renda para aquisição dos alimentos não produzidos. Muito pode ser refletido sobre isso, principalmente porque a agricultura urbana abrange um amplo espectro de produtos e possui um caráter multifuncional, aspecto a ser considerado por todos aqueles que se preocupam com a questão da promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

Por fim, considerando ser o Brasil um país caracterizado pelo monopólio de latifúndios por uma minoria, é preciso programar políticas verdadeiramente voltadas para a Reforma Agrária e legislações fundiárias que garantam e promovam o acesso à terra aos agricultores acampados, alcançando, assim, a todos os agricultores que se encontram na situação dos entrevistados.

5. Referências

AAO. Associação de Agricultura Orgânica. Agricultura Orgânica. **O que é agricultura orgânica?** Disponível em: < <http://www.aao.org.br/aao/agricultura-organica.php>>. Acesso em: 16 de mai. 2020.



ALONSO, J. E. O. S.; SANT'ANA, F. O. P. **Desenho de avaliação de impacto econômico do Bolsa Família sobre agricultores familiares participantes do PRONAF B: uma proposta a partir de resultados potenciais.** São Paulo: 2010.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar.** Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007. Disponível em: <<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

ARAÚJO, E. J. Pequena produção e tecnologia socialmente apropriada. In. **Cadernos do CEAS**, v 0, n 113, 1988.

ASSIS, J. S.; ALVES, A. L.; NASCIMENTO, M. C. (Orgs.). Governo do Estado de Alagoas. **Atlas Escolar de Alagoas – Espaço Geo-Histórico e Cultural.** Maceió: 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2019.

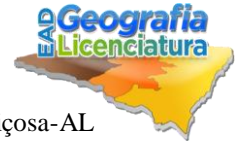
BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção.** Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p., Texto para discussão, n.621.

CARVALHO, C.P. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas.** 6. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais.** Florianópolis, 2002. Mimeografado.



COUTINHO, M. N; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte 07(2), p. 81-97, julho-dezembro de 2011.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

EMBRAPA. Secretaria de Comunicação. **Embrapa em Números**. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

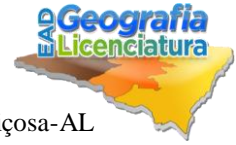
FERREIRA, R. J; CASTILHO, C. J. M. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, nº 2, mai/ago. 2007.

GUILHOTO, J. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, jul/set 2006.

HANS–RUDOLF, P.; SEYDON, N. **Use of waste water in urban agriculture in the dakar area, senegal: an interdisciplinary study towards sustainability**. Disponível em: <http://www.unil.ch/webdav/site/cam/users/jlavanch/public/recherche/Gueye_projet.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Comunicados da presidência – n o 38. 12 de janeiro de 2010.

MATIAS, J. L.N; MARQUES JÚNIOR, W. P. O acesso à terra e a função social da propriedade rural. In: **CONPEDI**, XV, 2006. Manaus. Manaus: Conpedi, 2006. p. 2222-2242. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/joao_luis_nogueira_matias.pdf> Acesso em: 06 mar. 2019.



MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MOUGEOT, L. (1999): **Urban agriculture:** Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. Havana, Cuba, 1999.

_____. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Revista de agricultura Urbana**, nº 1. Lima: IPES – Promoción de Desarrollo Sostenible, 2000. Disponível em: <http://www.ipes.org/au/pdfs/raup1/2_AU1conceitodefi.pdf>. Acesso em 27 abr. 2020.

MOURA, A. M. P; SILVA, L. C. F. **A atuação do MST em Alagoas:** o caso do assentamento cabeceira de pacavira no município de Quebrangulo-AL. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-29.

MOURA, J. A.; FERREIRA, W. R.; LARA, L. B. L. S. A agricultura urbana e periurbana. Mercator – **Revista de Geografia da UFC [on line]** 2013, 12 (Janeiro- Abril). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273628670005>> Acesso em: 29 out. 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, agricultura e Reforma Agrária.** 1ª edição. Ed. Labur. São Paulo, 2007.

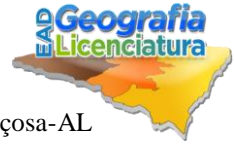
OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10. 2002, **Anais...** Diamantina, MG, 2002.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. **Revista Qualidade de Vida**, São Paulo, Ano 2, n.11, p.01-04, Abril de 2000.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará (PTDRS). Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins (LASAT). Marabá, PA: UFPA, 2006.

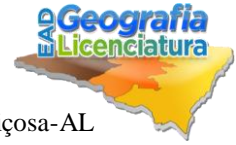
SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica.** Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SILVA, J. G. A questão agrária no Brasil. In. SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro. Zahar, 1982.



UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. Publication Series for **Habitat II**. Volume One. New York, 1996. 300 p.

WANDERLEY, M. N. **Meio Rural**: um lugar de vida e de trabalho, 2016. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2169821555.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.



12. Você comercializa os produtos? Como ocorrem as relações de venda dos produtos?

Sim () Não ()

13. Há alguma ajuda governamental para o plantio ou comercialização dos seus produtos?

Sim () Qual? _____ Não ()

- Perspectivas futuras

14. Quais melhorias você tem em mente para aumentar sua renda?

Aumento da produtividade () Comercialização dos excedentes ()

Incentivos governamentais/disponibilidade de crédito ()

Aumento do espaço físico () Assistência técnica ()

Diversificação do cultivo () Insumos agrícolas ()

Outros () Quais? _____

15. Você acredita que governo poderia ajudar na sua plantação e venda de produtos?

Não () Sim () Como? _____